



ENAJUS
Administration of Justice Meeting

CURITIBA
OUT 2022



PROGRAMAÇÃO **DETALHADA**

enajus.org.br



SUMÁRIO

SOBRE O ENAJUS	3
ESCOPO, OBJETIVOS E TEMA CENTRAL	4
EDIÇÕES ANTERIORES	5
PROGRAMAÇÃO SINTÉTICA	6
SESSÃO DE ABERTURA	7
PALESTRA MAGNA	8
PAINÉIS TEMÁTICOS	9
MINICURSOS	13
SESSÕES PRESENCIAIS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	16
SESSÃO REMOTA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	27
ENCERRAMENTO	29
REALIZAÇÃO	30

O EnAJUS 2022 terá sessões destinadas a apresentações de trabalhos e painéis temáticos. Além disso, o evento oferecerá minicursos, focados em métodos e técnicas de pesquisa, que visam oferecer oportunidades de capacitação a indivíduos interessados em ampliar o conhecimento sobre pesquisa em Administração da Justiça, apoiada em dados e evidências.

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS se propõe a discutir, com base em evidências, as distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento da Justiça. Trata-se de iniciativa que visa congregiar várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

Administração da Justiça é tema de alta relevância social e política, porém, pouco estudado, em particular nos países de matriz lusófona. A administração da justiça implica o uso coordenado e articulado de recursos, conhecimentos, pessoas, regras e leis, com o objetivo de resolver conflitos entre indivíduos, grupos e organizações. Sistemas de justiça bem administrados são uma conquista civilizatória das sociedades e contribuem para a paz social e para o desenvolvimento socioeconômico de países. Sistemas de justiça bem administrados também podem fomentar relações sociais baseadas em valores e princípios éticos e morais, incluindo o respeito às leis e regras que regem tais relações, e o reconhecimento dos direitos de grupos sociais e indivíduos.

O conceito de sistema de justiça envolve o funcionamento de organizações judiciais, como os tribunais, e outras instituições essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública, tribunais administrativos, cartórios e órgãos de segurança pública, incluindo as relações entre as organizações do sistema de justiça e organizações de outros sistemas, como organizações políticas, governamentais, do mercado e da sociedade civil. Como campo de pesquisa, a Administração da Justiça compreende múltiplas teorias e métodos de pesquisa, visando investigar a gestão do sistema de justiça em diferentes perspectivas e níveis de análise.

ESCOPO E OBJETIVOS

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS é um espaço de diálogo entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do direito e alunos de graduação e pós-graduação interessados no tema. O evento estimulará o debate aprofundado entre os participantes e visa:

- 1) Ampliar, organizar e disseminar o conhecimento sobre Administração da Justiça;
- 2) Desenvolver redes de cooperação, com a troca de experiências relacionadas com a temática;
- 3) Disseminar o conhecimento a respeito de inovações e boas práticas de gestão em organizações do Sistema de Justiça;
- 4) Promover a interdisciplinaridade, mostrando como a Administração da Justiça congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública;
- 5) Contribuir com a capacitação de indivíduos interessados em realizar pesquisas sobre Administração da Justiça com base em dados e evidências.

TEMA CENTRAL 2022

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PÓS-COVID

O EnAJUS 2022 tem como tema central a **TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PÓS-COVID**. O tema central sinaliza aos participantes a importância da reflexão sobre a transição digital em curso no âmbito de organizações da justiça, acentuada durante o período da pandemia da Covid-19. Em especial, procura-se compreender os condicionantes e impacto da progressiva integração de novas tecnologias, explorando as consequências da migração para o modo remoto e do uso de novas arquiteturas, plataformas e sistemas de comunicação, em relação a questões como acesso à justiça, garantia de qualidade das decisões, direito de defesa, gestão eficiente de recursos, efetividade de políticas judiciárias, entre outros aspectos. Trata-se de espaço de profícuo debate acerca das estruturas e práticas em uso, buscando incentivar a reflexão crítica sobre a emergência de novos modelos de prestação de serviço jurisdicional cujas consequências para o Sistema de Justiça e para a sociedade ainda são incertas e, nesse sentido, carecem de estudos aprofundados.

EDIÇÕES ANTERIORES

As edições de 2018 e 2019 do EnAJUS, realizadas em Brasília-Brasil, resultaram do trabalho cooperativo do grupo de pesquisa Administração da Justiça (AJUS), dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, ambos da Universidade de Brasília, do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, e do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). Na edição de 2020, promovida no formato online, em decorrência da pandemia global COVID-19, juntaram-se a esse grupo dois novos atores importantes: a Universidade Positivo, por meio dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, e a Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça de Portugal.

Em 2021, em sua quarta edição, o EnAJUS foi realizado em formato híbrido, com atividades presenciais em Lisboa, Portugal, e atividades remotas e transmissão ao vivo pela internet. O EnAJUS 2021 teve como tema central “A Administração da Justiça, o Direito e a Administração Pública e Privada: impactos, ramificações, obstáculos e inevitabilidades”. A realização do evento foi possível por meio do trabalho voluntário de mais de uma centena de indivíduos, que atuaram como organizadores, palestrantes, autores de trabalhos, avaliadores e em atividades técnicas e de apoio logístico. Aos organizadores anteriores, juntou-se ao grupo o Instituto de Investigação Interdisciplinar (IURIS) da Universidade de Lisboa. Nesta edição somam-se aos organizadores do evento, o Grupo de Pesquisa Administração, Governo e Políticas Públicas do Poder Judiciário (GPJUs) e o Grupo de Pesquisa Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD), do Brasil.

Em cada uma das edições anteriores o evento reuniu aproximadamente 130 participantes, entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do direito e estudantes de graduação e pós-graduação. Mais informações a respeito das edições anteriores do EnAJUS podem ser encontradas em <https://www.enajus.org.br/edicoes-anteriores>.

PROGRAMAÇÃO SINTÉTICA

24.10.22

- 10h00 às 13h00
CREDENCIAMENTO CONGRESSISTAS
- 14h00 às 18h30
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
- 19h00
ABERTURA DO EVENTO E PALESTRA MAGNA
Transformação Digital e a Administração da Justiça
Dr. Rogério Schietti Cruz

25.10.22

- 8h00 às 12h30
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
- 14h00 às 16h00
PAINEL 1
Acesso à Justiça e Justiça 4.0
- 16h30 às 18h30
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
- 19h00
GALA DINNER – CONGRESSISTAS ENAJUS 2022

26.10.22

- 8h00 às 10h00
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
- 10h30 às 12h30
AVANÇOS ALCANÇADOS COM O ENAJUS E DESAFIOS FUTUROS, E TRABALHOS PREMIADOS
- 14h00 às 16h00
PAINEL 2
Pesquisa e Impacto na Administração da Justiça
- 16h00 às 16h30
Lançamento do livro **Controles sobre o Judiciário Geram Governança e Eficiência? Estudo sobre o CNJ e a Justiça Estadual**
- 16h30 às 18h30
PAINEL 3
A Rede de Pesquisas Judiciárias como política pública do Conselho Nacional de Justiça

27.10.22

- 9h00 às 12h00
MINICURSO 1
- 14h00 às 17h00
MINICURSO 2

SESSÃO DE
ABERTURA

24.10.22 - 19h00

Comitê Organizador

PALESTRA
MAGNA

24.10.22 - 19h30

Transformação Digital e a Administração da Justiça



Dr. Rogério Schietti Cruz

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

PAINÉIS TEMÁTICOS

25.10.22

14h00

Painel Temático 1
Acesso à Justiça e Justiça 4.0

26.10.22

14h00

Painel Temático 2
Pesquisa e Impacto na Administração da Justiça

16h30

Painel Temático 3
A Rede de Pesquisas Judiciárias como política pública do
Conselho Nacional de Justiça

Acesso à Justiça e Justiça 4.0

Data: 25/10/2022

Horário: 14h às 16h

Dialogando com o tema central do encontro – Transformação digital e a Administração da Justiça pós-covid – o painel tem por objetivo analisar os desafios do Acesso à Justiça no Brasil a partir da virtualização da prestação jurisdicional, compreendendo também os serviços prestados pelas instituições essenciais à Justiça.

Propõe-se a reflexão a partir das seguintes perguntas orientadoras:

- Qual o cenário das instituições do Sistema de Justiça quanto à transformação digital da prestação dos serviços judiciais?
- Como as instituições do Sistema de Justiça têm lidado com as desigualdades na qualidade do acesso à internet (uso e habilidades) e do acesso às TIC? Quais as consequências da desigualdade para o Acesso à Justiça, considerando os recortes de gênero, raça e etário envolvidos?
- Quais as dinâmicas relacionadas ao direito de defesa, em especial das pessoas assistidas pela Defensoria Pública?

COMPOSIÇÃO DO PAINEL



Olívia Pessoa

Doutoranda em Gestão Pública pela UFPR, coordenadora do Centro de Pesquisa Jurídica e Social da Universidade Positivo.



Priscila Pâmela

Mestranda em Direitos Humanos pela USP, diretora do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD.



Luciano Carrasco Falavinha

Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Luciana Silva Garcia

Doutora em Direito pela UnB, professora do programa de pós-graduação em Direito e da graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

PAINEL 2

Pesquisa e Impacto na Administração da Justiça

Data: 26/10/2022

Horário: 14h às 16h

Historicamente, a academia brasileira produz pouco conhecimento sobre a administração da justiça, ao mesmo tempo em que o sistema de justiça estabeleceu poucas pontes com a academia, ou produziu conhecimento sobre sua própria gestão. Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça, vê-se crescer tanto a disponibilidade de dados, quanto a abertura das instituições judiciárias à produção de conhecimento sobre suas práticas. Ao mesmo tempo, setores da academia vem organizando-se para tomar o sistema de justiça como objeto de pesquisa. De que modo esses movimentos vêm alterando o modo como se administra a justiça brasileira? Qual o seu sentido e o potencial futuro?

COMPOSIÇÃO DO PAINEL



**Maria Tereza
Uille Gomes**

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça – Coordenadora da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e Professora Titular do Mestrado em Direito da Universidade Positivo.



**Desembargador Federal
José Marcos Lunardelli**

Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Membro do Conselho Técnico da Sociedade Brasileira de Direito Público. Foi Diretor da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3.ª Região no biênio 2018-2020, vice-presidente e presidente da AJUFESP – Associação dos Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul. É Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Possui especialização em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela mesma instituição.



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

**Dr. Alexandre
dos Santos Cunha**

Professor titular dos programas de pós-graduação em Administração e Direito da Universidade Positivo e técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em exercício como Secretário de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, DF.

A Rede de Pesquisas Judiciárias como política pública do Conselho Nacional de Justiça

Data: 26/10/2022

Horário: 16h30 às 18h30

Neste painel será discutida a política pública do Conselho Nacional de Justiça de fortalecimento da pesquisa no âmbito do Poder Judiciário, a partir do debate sobre a recente resolução do Conselho que instituiu a Rede de Pesquisas Judiciárias. Quais os resultados esperados dessa política e quais as atribuições dos grupos de pesquisa e da própria rede institucional de pesquisa instituída pelo CNJ? Quais os desafios para a construção de uma agenda e de uma cultura de pesquisa no âmbito dos tribunais? Quais as pontes e diálogos possíveis entre a rede de pesquisa judiciária e a comunidade científica?

COMPOSIÇÃO DO PAINEL



Richard Pae Kim

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça. Juiz de Direito. Professor do Curso de Mestrado da UNISA. Mestre em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (1997), Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-doutor em políticas públicas, administração e sistemas educacionais pela UNICAMP/SP (2010).



Gabriela Moreira de Azevedo Soares

Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça. Graduada em Estatística pela Universidade de Brasília (1999) e Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002).



COORDENAÇÃO E MEDIAÇÃO

Fabrício Castagna Lunardi

Juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Mestrado em Direito, área de concentração Direito e Poder Judiciário, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Líder do Grupo de Pesquisa Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD).

27.10.22

|
09h00

Minicurso 01
Mineração de processos no judiciário

|
14h00

Minicurso 02
Metodologia de validação de entrevistas estruturadas e
semiestruturadas (VALI-QUALI)

Mineração de processos no judiciário

Data: 27/10/2022

Horário: 09h00 às 12h00

Ementa

Introdução

- Introdução à mineração de processos.
- Aplicação da mineração de processos à avaliação de desempenho judicial.
- Análise jurimétrica da tramitação de processos judiciais usando ferramenta de mineração de processos

Objetivos

Apresentar a mineração de processos e seu uso no Judiciário.

Introduzir o uso de ferramentas de process mining para a mineração de processos judiciais.

Referências

Aalst, W. M. P. van der. (2016). Process mining: Data science in Action. Berlin: Springer-Verlag.

Unger, A. J., Santos Neto, J. F., Trecenti, J., Hirota, R., Fantinato, M., & Peres, S. M. (2021). Process Mining-Enabled Jurimetrics: Analysis of a Brazilian Court's Judicial Performance in the Business Law Processing. In: Proceedings of the 18th International Conference on Artificial Intelligence and Law, 240-244.



Adriana Jacoto Unger

Membro do Process Mining Research Group @ USP e doutoranda em Sistemas de Informação na Universidade de São Paulo (EACH-USP). Mestre em Engenharia de Produção e graduada em Engenharia Mecatrônica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4842438986589060>

Metodologia de validação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas (VALI-QUALI)

Data: 27/10/2022

Horário: 14h00 às 17h00

Ementa

Introdução

Vali-Quali é um instrumento de apoio à construção e validação de roteiros de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, questões para grupos focais, e perguntas abertas de questionários. A proposta compreende duas dimensões, conteúdo e semântica, com quatro atributos: alinhamento com os objetivos, aderência aos construtos, clareza da linguagem e expectativa qualitativa. Entre o rigor e a flexibilidade, seis etapas são destacadas: desenho do roteiro inicial, validação por juízes, visão geral dos resultados, pré-teste, roteiro validado e roteiro teórico-empírico.

Objetivos do minicurso

- Apresentar a metodologia Vali-Quali e suas possibilidades de uso.
- Estimular uma reflexão acerca da pesquisa qualitativa.

Tópicos abordados

- Pesquisa qualitativa: avanços, lacunas e desafios.
- A trajetória de criação do modelo: do VCPQ à Vali-Quali.
- Dimensões, atributos e etapas de validação.
- Aplicação prática da Vali-Quali.
- A potencialidade da(o) pesquisa(dor) qualitativa(o).

Referências

Torlig, E., Resende Junior, P., Fujihara, R., Demo, G., & Montezano, L. (2022). Proposta de Validação para Instrumentos de Pesquisa Qualitativa (Vali-Quali). *Administração: Ensino E Pesquisa*, 23(1). <https://doi.org/10.13058/raep.2022.v23n1.2022>.

Flick, U. (2018). *An introduction to qualitative research*. Sage.

Ospina, S. M., Esteve, M., & Lee, S. (2018). Assessing qualitative studies in public administration research. *Public Administration Review*, 78(4), 593-605.



Eloisa Torlig

Doutoranda em Administração (PPGA/UnB) e membro do Grupo de Pesquisa em Administração da Justiça – AJUS.

SESSÕES PRESENCIAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

24.10.22

14h00 às 16h00

Sessão 01

Sessão 02

Sessão 03

Sessão 04

16h30 às 18h30

Sessão 05

Sessão 06

Sessão 07

Sessão 08

25.10.22

08h00 às 10h00

Sessão 09

Sessão 10

Sessão 11

10h30 às 12h30

Sessão 12

Sessão 13

Sessão 14

16h30 às 18h30

Sessão 15

Sessão 16

Sessão 17

26.10.22

08h00 às 10h00

Sessão 18

Sessão 19

Sessão 20

SESSÃO PRESENCIAL 1

24/10/2022

14h00 às 16h00

Mediação: Leonel Gois Lima Oliveira (*Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC)*)

Estruturação Institucional da Gestão da Produtividade Judiciária

Washington Luis Bezerra de Araújo, Sérgio Mendes de Oliveira Filho e Miguel Mota dos Santos

Acesso à Justiça, Demandas Repetitivas e Centros de Inteligência

André Luiz Cavalcanti Silveira

Desjudicialização: Em Busca da Eficiência na Cobrança Fiscal

Daniella Alvarez Prado, Fabiane Borges Saraiva, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Mariana Rezende Ferreira Yoshida e Rodrigo Martins Faria

A Proteção aos Denunciantes nas Investigações de Corregedoria: ameaças a efetividade da Justiça Administrativa

Paulo Adolfo de Medeiros Oenning, Jonatas Dutra Sallaberry e Leonardo Flach

SESSÃO PRESENCIAL 2

24/10/2022

14h00 às 16h00

Mediação: Tomas de Aquino Guimaraes (*Universidade de Brasília*)

Relatos de Experiências do Programa de Residência Judicial: despertando vocações e vivenciando os desafios da magistratura

Keity M. F. S. Saboya

A Possibilidade de realização de divórcios e inventários nas serventias extrajudiciais: uma análise quantitativa no Rio Grande do Norte

Marcelo Nóbrega Athayde Chaves

Plano Estruturante do Sistema Prisional do Estado do Ceará

Maria Nailde Pinheiro Nogueira, Ricardo Alexandre da Silva Costa, José Marcelo Maia Nogueira e Josué de Sousa Lima Junior

ACCORDES - Fortalecendo o sistema de precedentes do STJ

Larissa Fontenelle Carvalho e Érica Militão Olinda

SESSÃO PRESENCIAL 3

24/10/2022

14h00 às 16h00

Mediação: Bernardo de Oliveira Buta (*Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG)*)

O uso das videoconferências em audiências durante o período pandêmico: uma análise qualitativa de conteúdo.

Carlos de Paula Soares Filho e Edson Ronaldo Guarido Filho

Fórum Digital

Rinaldo Forti Da Silva, Álvaro Kalix Ferro, Cristiano Gomes Mazzini e Guilherme Ribeiro Baldan

O Juízo 100% Digital e a Administração da Justiça Pós-Covid. Controvérsias

Adriana Silva Nico e Lizandro Lui

Judiciário sob Ataque Hacker: Fatores de Risco para a Segurança do Processo Decisório em Sistemas Judiciais Eletrônicos

Renato Solimar Alves, Marcus Aurélio Carvalho Georg e Rafael Rabelo Nunes

SESSÃO PRESENCIAL 4

24/10/2022

14h00 às 16h00

Mediação: Alexandre Cunha (*Universidade Positivo*)

Diálogos Nacionais sobre a LGPD na Justiça Eleitoral – Oficinas Temáticas

Waldemir Higino Farias Paz, Eliane Bavaresco Volpato, Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues, Juarez de Oliveira e Valeria Athayde Fontelles de Lima

Governança de Dados Pessoais: um relato sobre o atendimento externo no TJRN

Vanessa Maria de Oliveira Accioly Maia, Michellson Costa de Lima Cordeiro, Adriana Carla Silva de Oliveira, Anderson Souza da Silva Lanzillo, Patrícia Borba Vilar Guimarães

Justiça em Tempos de Pandemia: um Estudo sobre a Advocacia Trabalhista Norte-Rio-Grandense

Fernanda Erika Santos da Costa e Luciano Athayde Chaves

SESSÃO PRESENCIAL 5

24/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (*Universidade de Coimbra*)

O Poder Judiciário e a Mídia: Desconexão e Consequências

Flávio Avelino de Novaes e Igor Caires Machado

Fake News e Organizações da Justiça: Análise do Tribunal Superior Eleitoral

Kassia Hellen Martins, Caroline Coradassi Almeida Santos e Edson Ronaldo Guarido Filho

Os Tribunais do Distrito Federal Possuem Estruturas para Gerenciar Riscos de Segurança da Informação? Um Estudo à Luz das Três Linhas de Defesa

Carlos Eduardo Mancini Queiroz, Renato Solimar Alves, Aldery Silveira Junior, Jose Humberto da Cruz Cunha e Rafael Rabelo Nunes

Lentes Focais em Dados Abertos do Judiciário

Leonardo Ferreira de Oliveira, Thiago Maia Sayão de Moraes, Tamilly Virissimo, Gilson Ricardo Daniel e Lana Montezano

SESSÃO PRESENCIAL 6

24/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes (*Universidade de Brasília*)

Base de Dados Nacional do Poder Judiciário e a Gestão dos Tribunais

Cláudio Delgado de Freitas, Luciano Athayde Chaves

Governança e Gestão de Dados no Poder Judiciário

Ana Lúcia Andrade de Aguiar e Fabrício Castagna Lunardi

Sistema de Estatística e Informações (SEI)

Francisco Gladyson Pontes, Sérgio Mendes de Oliveira Filho, Katia Michelle Matos de Oliveira e Ricardo Gleidson de Vasconcelos

MonitoraPrev: Dados Judiciais como Ferramenta de Gestão

Priscilla Pereira da Costa Correa e Pedro Hikaru Oishi

SESSÃO PRESENCIAL 7

24/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Edson Ronaldo Guarido Filho (*Universidade Federal do Paraná e Universidade Positivo*)

Relações entre Tradição e Inovação: A Percepção dos Operadores do Direito em Relação ao Visual Law

Jessica Vitorino Martins, Renato Máximo Sátiro e Marcos de Moraes Sousa

Visual law: uma Análise Sistêmica da Nova Estratégia de Comunicação do Poder Judiciário

Auricélia do Nascimento Melo, Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio e Chélida Roberta Soterroni Heitzmann

“Visual Law” e a Comunicação no Processo Penal

Rodrigo Régnier Chemim Guimarães e Andrelize Guaita Di Lascio Parchen

A Participação Popular no Poder Judiciário à luz da Lei nº 14.129/21

Tarcísio de Moraes Souza

SESSÃO PRESENCIAL 8

24/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Luciano Athayde Chaves (*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*)

Criejam: maratona de criatividade, inovação e empreendedorismo do IDEIAS TJPE

João Guilherme de Melo Peixoto e José Faustino Macedo de Souza Ferreira

Desenvolvimento de Ferramenta Digital para Aparelhos Celulares

Solange da Costa Rossi, Octávio Barbosa Nenevê, Luís Sérgio Borges Machado e Kêth Simas Frazão

Núcleos De Justiça 4.0 e a Inovação no Design Organizacional do Poder Judiciário: Pesquisa Empírica Sobre a Eficiência do Programa

Bruna Tafarelo, Gonçalo Brandão de Sousa, Jaqueline Reis Caracas e Rafael Lima da Costa

Adequa STJ – LGPD e Painel de Dados Pessoais

Tereza Cristina Jurema Garrido, Renata Seixa Vianna, Luis Filipe Campos Cardoso

SESSÃO PRESENCIAL 9

25/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Tomas de Aquino Guimaraes (*Universidade de Brasília*)

Prognose de Impacto no Sistema Judicial Português dos Constrangimentos Económicos e Financeiros Resultantes da Pandemia COVID-19

Miguel Lopes Romão, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Sandra Patrícia Marques Pereira

A Implantação de um Modelo de Governança Institucional em um Órgão do Poder Judiciário, seus Resultados e os Benefícios no Enfrentamento à Crise de COVID-19

Lídia Maria Borges de Moura, Victor Abreu da Silva, Fernanda Gonçalves Gesta Bezerra e Alessandra Rocha de Castro

Impacto da Profissionalização da Gestão Pública na Administração do Poder Judiciário diante da COVID

Karla Sousa da Motta

A Administração da Justiça durante a Pandemia - A Experiência do TRT 20

Mônica Oliveira Barreto

SESSÃO PRESENCIAL 10

25/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes (*Universidade de Brasília*)

Análise das Práticas de Governança na Justiça do Trabalho à luz do Levantamento de Governança do TCU

Luiz Henrique Tacconi e Edson Ronaldo Guarido Filho

The Dematerialization of the Court and Delivering Judicial Service: implications of Adopting Virtual Hearings as an Instrument of Access to Justice in Brazil

Rafael Lima da Costa, Tomás Aquino Guimarães e Fabrício Castagna Lunardi

Análise do desempenho do atendimento do TRE-CE em face das manifestações registradas no sistema de ouvidoria (SOU) nas eleições gerais de 2018

Waldemir Higino Farias Paz e Marcelo Jasmim Meiriño

Governança das Aquisições e Contratações: Em Busca da Eficiência Administrativa e Financeira

Telma Roberta Vasconcelos Motta, Robson Godoi de Albuquerque Maranhão, Marcelo Nobre Tavares e Sebastião Marcos Campelo

SESSÃO PRESENCIAL 11

25/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Edson Ronaldo Guarido Filho (*Universidade Federal do Paraná e Universidade Positivo*)

Da Ilusão Utópica à Realidade: Como o insuflamento das ferramentas de busca de dados e de ativos se tornou um refúgio burocrático à morosidade sistêmica da Justiça

Isabelle Sacramento Torturela, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Melyna Machado Mescouto Fialho, Bruna Tafarelo e Tathiane Menezes da Rocha Pinto

A Imagem da Justiça Brasileira sob a Ótica de Diferentes Atores

Gilson Ricardo Daniel, Lana Montezano, Thiago Maia Sayão de Moraes, Leonardo Ferreira de Oliveira e Tamilly Virissimo

O Desafio de Ampliação da Atuação da Defensoria Pública da União em um Contexto de Restrição Orçamentária

Thaís Chaves e Silva, Beatriz de Lima Senna, Melissa Andreily Alves de Freitas, Bernardo de Oliveira Buta e Thiago Livramento Freitas

Fake news e a Legitimidade do Tribunal Superior Eleitoral

Joshua Rodas Medici, Caroline Coradassi Almeida Santos e Edson Ronaldo Guarido Filho

SESSÃO PRESENCIAL 12

25/10/2022

10h30 às 12h30

Mediação: Anderson Marcos dos Santos (*Universidade Positivo*)

The long-term balance between autonomy and performance in the public sector

Bernardo Oliveira Buta, Luiz Akutsu

Capacidade de Inovação no Judiciário

Leonardo Ferreira de Oliveira e Tomas Aquino Guimaraes

Gestão da Inovação na Amazônia: A Justiça Cooperativa em Áreas Remotas

Elayne da Silva Ramos Cantuária e Bárbara Marinho Nogueira

SESSÃO PRESENCIAL 13

25/10/2022

10h30 às 12h30

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (*Universidade de Coimbra*)

Gestão de Pessoas no Poder Judiciário: o Feedback como Instrumento de Inovação

Keylla Ranyere Lopes Teixeira Procópio e Luiza Vieira Sá de Figueiredo

Gestão do Clima Organizacional da Aplicação à Ação em uma Instituição Judiciária

Verônica Schielke Lemos Camargo, José Fábio Barbosa de Santana e Raquel Trinchão de Jesus Barouh Torres

Teletrabalho: Inovação em Gestão de Pessoas e Recursos da Justiça

Raquel Trinchão de Jesus Barouh Torres, Ana Lucia Oliveira Mota, Clara Macêdo Rossiter Gameiro, Neyde Rocha Navatta e Andréia Carla de Souza

Controles Culturais e Desempenho de Tarefas de Servidores em Teletrabalho

Jonatas Dutra Sallaberry, Edicreia Andrade dos Santos, Maryely Andrea Jimenez Franco e Antonio Zanin

SESSÃO PRESENCIAL 14

25/10/2022

10h30 às 12h30

Mediação: Luciano Athayde Chaves (*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*)

Análise da autoavaliação do Controle Interno das Instituições do Sistema de Justiça Estadual do Ceará: Um olhar sobre as dimensões do COSO-ERM para os anos de 2016 a 2020

Maiara Rodrigues Bezerra Campêlo, Victor Mateus da Silva Viana e Leonel Gois Lima Oliveira

Central Única de Contadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Desembargador Carlos Alberto França, Dra. Sirlei Martins da Costa, Mislene Medrado de Oliveira Borges, Marcelo de Jesus Rosa Pereira e Ricardo Augusto Ferreira e Silva

Competências Gerenciais de Juízes e Desempenho Judicial. Uma Análise em Varas Únicas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Lívia Lúcia Oliveira Borba e Fabricio Castagna Lunardi

Melhorias na Eficiência de uma Corregedoria de Instituição Federal de Ensino com a Implementação do Processo Digital

Paulo Adolfo de Medeiros Oenning, Leonardo Flach, Jonatas Dutra Sallaberry e Alan Ribeiro Rodrigues

SESSÃO PRESENCIAL 15

25/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Olívia Alves Gomes Pessoa (*Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS),
Universidade Positivo*)

Agenda 2030 e direitos humanos: O Poder Judiciário brasileiro na busca pelo desenvolvimento sustentável

Victor Mateus da Silva Viana, Sandra Maria dos Santos, Augusto César de Aquino Cabral e Leonel Gois Lima Oliveira

Dashboard e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Tais de Paula Scheer

O Juízo Digital e a escuta de crianças e adolescentes: a compatibilização das tecnologias no Judiciário e a proteção integral da criança e do adolescente.

Isabelle Sacramento Torturela

Justiça: bem-vindo!

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo e Nelson Ricardo de Moraes Moreira

SESSÃO PRESENCIAL 16

25/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Fabrício Castagna Lunardi (*Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)*)

Central de Atos de Construção Eletrônica

Desembargador Carlos Alberto França, Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, Mislene Medrado de Oliveira Borges, Cassia Aparecida de Castro Alves e Ricardo Augusto Ferreira e Silva

(+) Gestão: Programa de Certificação em Gestão da Qualidade

Washington Luis Bezerra de Araújo, Sérgio Mendes de Oliveira Filho, José Marcelo Maia Nogueira, Francisco Marcelo Fontenele Braga e Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá

Aplicação das Metodologias Ágeis na Gestão de Unidades Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Michelle Amorim Sancho Souza Diniz

Portal de Macroprocessos STJ

Ângelo Giovane Araújo Bezerra e Daniela Galdino

SESSÃO PRESENCIAL 17

25/10/2022

16h30 às 18h30

Mediação: Bernardo Buta de Oliveira (*Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG)*)

Justiça Restaurativa: Implementação do Projeto Além da Punição da Comarca de Goianésia-GO

Aparecida Oliveira de Moraes Sousa, Jéssica Traguette Silva e Flavio Manoel Coelho Borges Cardoso

Justiça Restaurativa e Cooperação Dialógica: a necessidade de protocolos de acolhimento face à criação do 6º Tribunal Regional Federal do Brasil

Jurema Carolina da Silveira Gomes, Kelly Gaspar Duarte Neves e Paloma Machado Graf

Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos e a Administração da Justiça

Josikleia Micharly do Nascimento Silva Bezerra, José Orlando Ribeiro Rosário, Gilson Luíz da Silva e Marília Gabriela Silva Lima

Desjudicialização da Execução Civil brasileira: Análise do projeto de lei 6.204 de 2019

Rafaela Maria Góis Missio e Sandra Negri

SESSÃO PRESENCIAL 18

26/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Olívia Alves Gomes Pessoa (*Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS), Universidade Positivo*)

Projeto Execução Fiscal Eficiente

Desembargador Carlos Alberto França, Dra. Sirlei Martins da Costa, Mislene Medrado de Oliveira Borges, Diego César Santos e Ricardo Augusto Ferreira e Silva

Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário do Estado do Piauí

José Ribamar Oliveira, Lanny Cléo Macedo Quadros, Helleny Batista Correia Lima Coelho e Paulo Sérgio Rodrigues Leite

O “Teto de vidro” na Magistratura Federal e a Resolução 255 do CNJ

Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves

Automatização de Rotinas Repetitivas dos Servidores do TJCE

Ricardo Alexandre da Silva Costa e Miguel Mota dos Santos

SESSÃO PRESENCIAL 19

26/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Anderson Marcos dos Santos (*Universidade Positivo*)

FCB + Humanizado

Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo e Pedro Ítalo Sampaio Girão

Administração da Justiça e Direito de Defesa Durante a Pandemia da Covid-19 pela Visão dos Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade e Integrantes da Defensoria Pública

Luciana Silva Garcia

De Onde Vem o Assédio Moral? Um Estudo sobre a Observância do Princípio da Dignidade Humana na Promoção do Trabalho Decente

Adelina Prado Caldas Neres e Jéssica Traquetto Silva

Denúncia Caluniosa e Audiência de Custódia: Incentivos da Exposição de Violência Policial no Distrito Federal entre 2020 e 2021

Guilherme Gomes Vieira

SESSÃO PRESENCIAL 20

26/10/2022

08h00 às 10h00

Mediação: Alexandre Cunha (*Universidade Positivo*)

A quem o Judiciário Beneficia? Uma Análise da Concessão da Justiça Gratuita

Stéphanie Almeida de Jesus Dias e Renato Máximo Sátiro, Jéssica Traquetto Silva

Cidadania Plena

Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Josmar Ambrus

Promoção da saúde e assistência online dos trabalhadores de uma instituição de justiça com aumento de produtividade durante a pandemia COVID-19

Fabio Pereira Angelim, Raquel de Jesus Trinchão Barouh Torres, Rowena Carraca Neves, Maria do Carmo Parente Matias e Jéssyca Pacheco Pozzi

Comportamento e a Credibilidade do Testemunho no Processo Penal

Andrelize Guaita Di Lascio Parchen

25.10.22

Horário de Brasília: 10h30 às 12h30

Horário de Portugal (Fuso + 4h): 14h30 às 16h30

Sessão 01

SESSÃO REMOTA 1

REMOTA (ZOOM)

25/10/2022

Horário de Brasília: 10h30 às 12h30

Horário de Portugal (Fuso + 4h): 14h30 às 16h30

Mediação: Prof. Dr. Ricardo Lopes Dinis Pedro (DGPJ)

Administração da Justiça Alternativa e Inteligente: Quo Vadis?

Ricardo Lopes Dinis Pedro

Sistemas Judiciários Comparados: Inovações Institucionais entre a Corte de Cassação Italiana e o Superior Tribunal de Justiça Brasileiro

Elias Canal Freitas

Um novo olhar sobre o papel do juiz na missão de julgar

Liliana Patrícia Amaral de Carvalho e João Paulo da Silva Morais

Can Environmental Restorative Justice be implemented in the Portuguese Judicial System? An ERJ Systematic Literature Review

Bernardo Costa Valente

SESSÃO DE **ENCERRAMENTO**

26.10.22

11h30 às 12h30

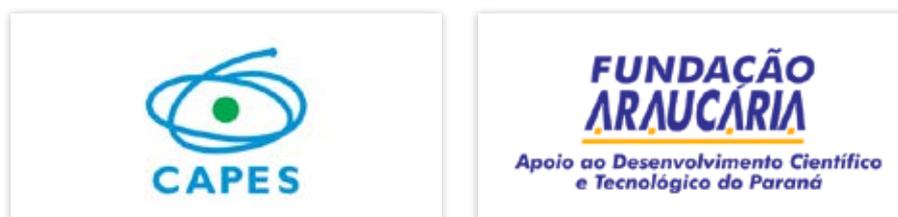
Comitê Organizador

Encerramento ENAJUS 2022, divulgação dos melhores trabalhos e ENAJUS 2023.

REALIZAÇÃO



Apoio



COMITÊ ORGANIZADOR

Adalmir de Oliveira Gomes, Professor Adjunto, Universidade de Brasília, Brasil.

Alexandre dos Santos Cunha, IPEA e Professor Titular, Universidade Positivo, Brasil.

Ana Claudia Farranha, Professora Associada, Universidade de Brasília, Brasil.

Anderson Marcos dos Santos, Professor Titular, Universidade Positivo, Brasil.

Bernardo Oliveira Buta, Professor, Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG), Brasil.

Claudia Roesler, Professora Associada, Universidade de Brasília, Brasil.

Edson Ronaldo Guarido Filho, Professor Titular, Universidade Positivo e Professor Adjunto, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Fabrizio Castagna Lunardi, Professor, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Brasil.

João Abreu de Faria Bilhim, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Jorge Albino Alves Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, República Portuguesa, Portugal.

Lara Patrício de Moura Tavares, vice-presidente do Centro de Administração e Políticas Públicas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Luciano Athayde Chaves, Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

Luis Miguel Pereira Lopes, Professor, Universidade de Lisboa, presidente do Centro de Administração e Políticas Públicas, Portugal.

Maria Tereza Uille Gomes, Professora Titular, Universidade Positivo, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Brasil.

Miguel Romão, Professor da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Portugal.

Olívia Alves Gomes Pessoa, Coordenadora Executiva do Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS), Universidade Positivo, Brasil.

Pedro Miguel Alves Correia, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça de Portugal, Portugal.

Roberto di Benedetto, Professor Titular e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Positivo, Brasil.

Tomas de Aquino Guimaraes, Professor Titular, Universidade de Brasília, Brasil.

SECRETARIA E APOIO LOGÍSTICO

André José Ribeiro Guimarães, Doutor pelo Programa de Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná e Designer Gráfico, Brasil.

Flavia Roberta Fernandes, Doutora pelo Programa de Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná e Pesquisadora do IBEPES, Brasil.

MAIS INFORMAÇÕES
enajus.org.br

